



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 470 /2005

2ª CÂMARA

SESSÃO DE 15/06/05

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/000202/2005

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/200414938

RECORRENTE: TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM S/A

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONS. RELATORA: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

EMENTA: ICMS – MERCADORIA EM TRÂNSITO – TRANSPORTE DE MERCADORIA DESACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL – PROCEDÊNCIA. Consoante o art. 140 do Dec. n. 24.569/97 o transportador não poderá aceitar para despacho mercadoria desacompanhada da documentação fiscal exigida pela legislação. Penalidade inserta no art. 123, III, “a” da Lei nº 12.670/96 com redação dada pela Lei nº 13.418/03. Recurso Voluntário conhecido e desprovido, para confirmar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância. Unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Relata o Agente Fiscal na sua inicial que, em fiscalização de trânsito, constatou que a empresa acima identificada estava efetuando o transporte de mercadorias "09 bombonas de 65 kg cada contendo Hipoclorito de Sódio" sem documentação fiscal.

Indica como dispositivos legais infringidos os arts. 16, I, 'b', 21, II, "c", 25, XIV, 140, 829 e 835, todos do Dec. nº 24.569/97. Como penalidade sugere o art. 123, III, "a", da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 13.418/03.

Certificado de Guarda de Mercadorias, Termo de Declaração e Conferência de Documentos Fiscais e/ou Mercadorias, Cópia dos Manifestos de Carga nºs 030578, 030579, 030580, 030581, 030582, 030583, 030585, Termo de Juntada do AR e Termo de Revelia estão acostados às fls. 03/14.

O Processo foi julgado em 1ª Instância à Revelia do sujeito passivo.

A decisão do insigne Julgador Monocrático, às fls. 17/19, resultou na procedência da autuação, sujeitando o autuado a recolher o valor de R\$ 1.512,22 (hum mil quinhentos e doze reais e vinte e dois centavos).

Recurso Voluntário às fls. 23/41 argumentando, a priori, que a responsabilidade pelo pagamento do ICMS deve recair sobre o remetente ou destinatário das mercadorias e não sobre a Recorrente. Acrescenta que o agente fiscal, ao penalizar somente a transportadora, afrontou o princípio constitucional da igualdade, bem como da impessoalidade. Quanto à penalidade aplicada, aduz que esta deve ser a mais favorável ao contribuinte. Ressalta a inconstitucionalidade da multa aplicada em face do seu caráter confiscatório. Por fim, invoca a ofensa aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

A Consultoria Tributária às fls. 45/46, em Parecer de nº 349/2005, opinou, pelo conhecimento do Recurso Voluntário para negar-lhe provimento e confirmar a procedência do auto de infração, recebendo a chancela da Procuradoria Geral do Estado que adotou o Parecer às fls. 47.

É o RELATÓRIO.

VOTO DO RELATOR

A lide teve como objeto a acusação de que a autuada transportava mercadorias em situação fiscal irregular, ou seja, desacobertadas de documento fiscal.

De certo, a legislação tributária estadual determina a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal pelo remetente com o fito de permitir o conhecimento e o controle pelo Fisco das operações realizadas, a fim de se efetuar a cobrança do ICMS, caso devido.

Assim, prevê o art. 830 do Decreto nº 24.569/97 a retenção da mercadoria que se encontre desacompanhada da respectiva documentação fiscal e o dever de o autuante constituir o crédito tributário mediante a lavratura do presente auto de infração. Trata-se de uma determinação taxativa.

No presente caso, o auto de infração foi lavrado em desfavor da transportadora em face da sua obrigatoriedade, atribuída pelo art. 140 do RICMS, de exigir do emitente das mercadorias a respectiva Nota Fiscal para albergá-las.

Art. 140. O transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadoria ou bem que não estejam acompanhados dos documentos fiscais próprios.

Desta forma, deve ser aplicada a sanção capitulada no art. 123, III, "a" da Lei nº 12.670/96, com nova redação dada pela Lei nº 13.418/2003, *in verbis*:

"Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

III- relativamente à documentação e à escrituração:

a) entregar, remeter, transportar, receber, estocar ou depositar mercadorias, prestar ou utilizar serviços sem documentação fiscal ou sendo esta inidônea: multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da operação ou da prestação".

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Recurso Voluntário para negar-lhe provimento e confirmar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, de acordo com o Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É O VOTO.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO = R\$ 3.217,50

ICMS (17%) = R\$ 546,97

MULTA (30%) = R\$ 965,25

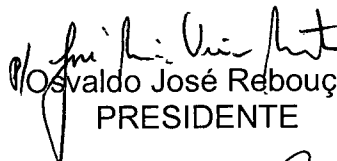
TOTAL A RECOLHER = R\$ 1.512,22

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é Recorrente **TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM S/A** e Recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**,

RESOLVEM os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto da Relatora e de acordo com o Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. Ausente a Conselheira Regineusa de Aguiar Miranda.

SALA DE SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 14 de julho de 2005.


Osvaldo José Rebouças
PRESIDENTE


Eliane Resplande Figueiredo Sá
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA RELATORA


Dulcineire Pereira Gomes
CONSELHEIRA

Rodolfo Licurgo Tertuliano
CONSELHEIRO

José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO

Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA


Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO